

COMENTÁRIO ESPECIAL

Marco Antonio Fetter

A Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu, no Cairo-Egito, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no período de 05 a 13 de setembro de 1994, e contou com a participação de representantes de todo o mundo.

Esta Conferência, por sua importância e significado, gerou e ainda vai suscitar polêmica por muito tempo e por muitos motivos, uma vez que ela tratou de temas de relevante valor social e político para os países participantes.

O Secretário Geral da ONU, Butros Butros-Ghali, e a Secretária Geral da Conferência, a paquistanesa Nafis Sadik, consideraram que a Conferência atingiu os seus objetivos, inclusive por contar com a presença de numerosos representantes dos países árabes, apesar da ameaça de boicote.

Não enviaram delegados a Arábia Saudita, Iraque, Líbano e Sudão, e do resto do mundo só pequenos estados como Liechtenstein e Mônaco não participaram da Conferência.

Butros-Ghali, após expressar sua compreensão sobre os temores que o aborto e o controle da natalidade provocam, afir-

mou que “*não é possível aceitar que uma crença ou concepção filosófica possa opor-se ao progresso da humanidade*”.

O vice-presidente Gore dos Estados Unidos afirmou que seu país rechaça a acusação de que estimula o aborto e vincula explicitamente a pobreza à superpopulação, palavras que receberam o apoio de numerosos delegados de países em vias de desenvolvimento. Para outros, o problema principal do Terceiro Mundo não é o excesso de população, mas a escassez de recursos.

A primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Bruntland, exortou que o acesso à saúde e ao planejamento familiar se converta em “*um direito universal*”. A ministra francesa de Assuntos Sociais, Simone Veil, destacou que as mulheres devem ter “*liberdade para escolher ou não a maternidade*”.

Os delegados presentes no Cairo decidiram concentrar uma boa parte do tempo em assuntos como os direitos de procriação e saúde. A batalha contra o aborto, a contracepção e o direito das mulheres de escolherem ou não a maternidade foi encabeçada pela delegação do Vaticano. O porta-voz oficial do Papa, Joaquín Navarro Valls, negou que o Vaticano fez um pacto com os islâmicos para fracassar a Conferência.

Um dos temas que provocou maiores debates foi o relacionado aos “*direitos da reprodução e da saúde reprodutiva*”. O texto destaca que a saúde reprodutiva implica em que “*as pessoas possam ter vida sexual segura e satisfatória*”.

Outro ponto muito discutido foi o relacionado à popu-

lação do planeta que, segundo previsões do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), passará dos 5,6 bilhões para 10 bilhões em 2025. Em consequência, de 1950 até então, a população terá duplicado duas vezes.

A Ásia representa hoje 53% da população total, a África 10%, Oriente Médio e África do Norte 6%, América Latina 8%, e os países industrializados (Europa, América do Norte) 20%.

Mas essa repartição será modificada, uma vez que 95% do crescimento demográfico é observado nos países em desenvolvimento, que aumentarão seu peso relativo na população da Terra em relação aos países industrializados, que conhecem há muito tempo uma queda demográfica.

Na América do Norte, a população estimada chegará a 370 milhões de habitantes, ao ritmo de 1,1% anual, e alcançará os 497 milhões em 2025. Na América do Sul e zona do Caribe, a população passará de 458 milhões de habitantes a 701 milhões em 2025, ao ritmo de 1,8% por ano.

A transcrição para uma demografia menos elevada já foi realizada com uma notável baixa da fecundidade na Argentina, com 2,8 filhos por mulher, e Chile, Brasil e Colômbia, com 2,7 filhos.

A seguir, apresentamos os tópicos principais do Plano de Ação Mundial da ONU para os próximos 20 anos (1995-2015):

(1) Os países devem considerar a família como a célula básica da sociedade.

(2) Manter a população mundial em 7,5 bilhões de pessoas para o ano 2025.

(3) Os homens e as mulheres devem participar da vida produtiva e reprodutiva e compartilhar os cuidados com os filhos e as casas.

(4) Os governos devem respeitar as culturas da população indígena e permitir que ela sobreviva e prospere.

(5) Os governos devem ajudar as mulheres a evitar o aborto, o qual sob nenhum pretexto deve ser promovido como um método de planificação familiar.

(6) Os governos devem lutar contra os abortos perigosos como um grave problema de saúde pública. Quando o aborto não seja contra a lei, este deve ser seguro.

(7) Os adolescentes devem ter um assessoramento sobre temas sexuais, mas são os pais os responsáveis por educar-lhes.

(8) Os países devem tratar de diminuir, para o ano de 2015, a taxa de mortalidade infantil para 3,5% anual.